

JORNAL

meionorte



TEMPERATURA: Máxima: 36°
Mínima: 21°

ANO XXII - Nº 9122 - TERESINA (PI), SEXTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2017

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

curtas

QUADRILHA

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.

DADOS

A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI. (E.R.)

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

DEVISSA

TCE investiga empresas envolvidas em fraudes de 180 milhões de reais

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.

A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma

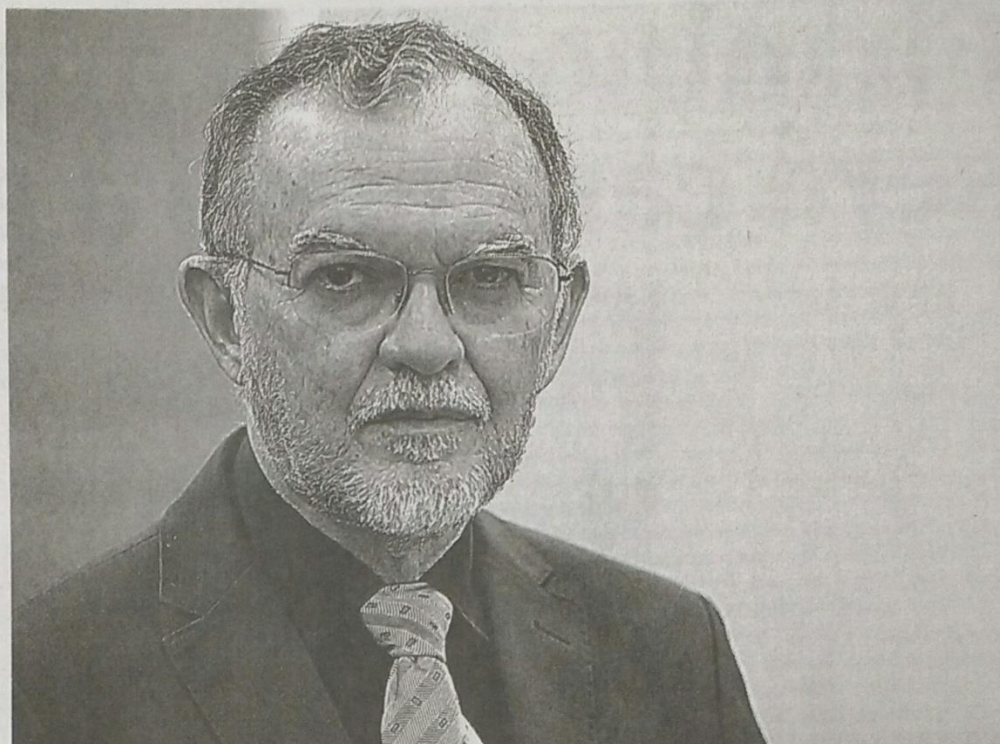


Foto: Divulgação

Conselheiro Olavo Rebelo determinou o cruzamento de dados para evitar fraudes

forneceu produtos ou serviços para o poder público. "Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Gru-

po Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

IRREGULARIDADE

TCE investiga participação de empresas em licitações públicas

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) vai investigar possíveis participações de uma das 81 empresas envolvidas na Operação Fantasma em licitações públicas ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. Três irmãos são acusados de fraude tributária e sonegação fiscal. O prejuízo gerado aos cofres públicos é de, pelo menos, R\$ 180 milhões.

De acordo com o levantamento realizado pelo TCE, nenhuma das empresas investigadas pela Polícia Civil realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas. Mas, o órgão fiscalizador está colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas.

“Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição”, explicou o auditor de controle externo, Inaldo José de Oliveira.

O trabalho de investigação foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, segundo Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Operação

A Operação Fantasma foi deflagrada no início deste mês pelo Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária (Grincot). Dos 14 mandatos cumpridos, nove pessoas foram presas em Teresina, Campo Maior e em Jericoacoara, no Ceará, além da apreensão de três carros e o bloqueio de aproximadamente R\$ 157 mil das contas dos alvos da operação. A quadrilha era organizada de forma hierarquizada verticalmente, com os três irmãos empresários no topo: Mirdams Júnior, João Canuto Neto e Williams de Melo. A quadrilha oferecia entre R\$ 500 e R\$ 1000 para que cedessem seus documentos, os quais seriam utilizados na abertura de empresas “fantasmas”. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

(Ithyara Borges)

TCE faz investigação em empresas envolvidas em fraude fiscal de R\$ 180 milhões



Imprimir

LÍDERES
(Abrem Empresas em Nome de "Laranjas" e utilizam seus CNPJs. Possuem empresa, mas nenhuma tem débitos com ICMS, pois usam as empresas "fantasmas" para arcar com os débitos)

Jolo Camuto Neto Miridams Jr WILLAMS L DE MELO

RECRUTADORES/LARANJAS FIXOS.

DEODATO R. DE S. NETO
(motorista dos líderes - 14 empresas em seu nome)

VERA LUCIA DE M. LEITE
(Mãe dos líderes: possui 2 CPFs. "responsável" pela maior devedora do fisco estadual "CERALISTA MELO". End. e nome de fantasia é o mesmo da empresa de MIRIDAMS JR: Armazém M. Junior.)

JAILTON S. BARROS (dois CPFs, 13 emp) GILMARA M. VIEIRA (recrutadora - 23 emp.) ANTONIA SANDRA SILVA (secretaria dos líderes - 7 emp.)

Polícia Civil do Piauí

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí.

Confira também

Conselho nega que envolvido em fraude seja contador

Menina fantasma ataca no metrô; veja!

"Plantão fantasma" de R\$ 46 mil é pago em hospital de Parnaíba

Sigifrói condena erro de investigação na operação Segor em Picos; confira

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas. A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público.

"Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público.

"Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas.

Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Da redação
redacao@cidadeverde.com

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/254297/tce-faz-investigacao-em-empresas-envolvidas-em-fraude-fiscal-de-r-180-milhoes>

Tribunal de Contas investiga empresas envolvidas em fraude de R\$ 180 milhões

Empresários, falsos-empresários e contadores foram presos em operação

Da Redação do Portal AZ | 17 de Agosto de 2017, 12:14



Nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. De acordo com um levantamento realizado pela Unidade de Informação Estratégica (UIE), do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), os negócios da quadrilha eram restritos a empresas privadas.



A unidade está colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público. "Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

Operação Fantasma

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Link: <https://www.portalaz.com.br/noticia/geral/401590/tribunal-de-contas-investiga-empresas-envolvidas-em-fraude-de-r-180-milhoes>

18/08/2017 - 10:43

TCE investiga empresas envolvidas em fraudes de 180 milhões de reais

Conselheiro Olavo Rebelo determinou o cruzamento de dados para evitar fraudes.

Autor: Diário do Povo

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.



Foto/Thiago Amaral

A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público. "Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/tce-investiga-empresas-envolvidas-em-fraudes-de-180-milhoes-de-reais-53331.html>

TCE-PI investiga empresas envolvidas em fraude de R\$ 180 milhões

Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.

A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.



Foto: Divulgação/Internet

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público. "Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Link: <http://www.capitalteresina.com.br/noticias/piaui/tce-pi-investiga-empresas-envolvidas-em-fraude-de-r-180-milhoes-53304.html>

TCE vai julgar recurso após prefeito Pé Trocado ser condenado

No dia 15 de fevereiro deste ano, os conselheiros condenaram o prefeito a imputação do débito no valor de R\$ 7.920 mil, além do pagamento de multa no valor correspondente a 1000 UFR-PI.

BÁRBARA RODRIGUES

18/08/2017 © 07h44 - atualizado © 07h44



Compartilhe no Facebook



Compartilhe no Twitter



Compartilhe no Google+



Enviar por E-mail



Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar na próxima quarta-feira (24) um Recurso de Reconsideração do prefeito de Sussuapara, Edvardo Antônio da Rocha, mais conhecido como Pé Trocado, após ter sido **aceita denúncia contra o gestor referente a irregularidades na sua gestão no ano de 2016**.

Raimundo José dos Santos denunciou o prefeito em 2016, afirmando que é servidor municipal desde 1997, ocupando o cargo de Serviços Diversos, onde encontrando-se afastado de suas funções desde fevereiro de 2015 sem receber remuneração. No entanto, em consulta às folhas de pagamento do município encaminhadas ao Tribunal de Contas, ele descobriu que permanece constando seu nome como se estivesse mensalmente recebendo o salário.

No dia 15 de fevereiro deste ano, os conselheiros condenaram o prefeito a imputação do débito no valor de R\$ 7.920 mil, além do pagamento de multa no valor correspondente a 1000 UFR-PI. Ele então ingressou com recurso.

Em sua defesa ele alegou que “no presente caso, o que se fez para demonstrar improcedência da denúncia foi comprovar a ausência de pagamento para do representado ou para terceiros, anexando a “folha remessa salário funcionário”. Referido documento é o instrumento remetido mensalmente ao Banco para a autorização dos respectivos créditos nas contas, dos servidores. Foram, portanto, anexadas as autorizações de créditos das competências de fevereiro de 2015 a setembro de 2016”.

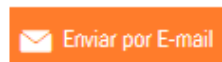
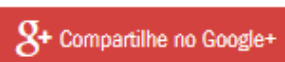
Pé Trocado ainda destacou que “o desfecho da' acusação do representante (pagamento indevido para terceiro como que destinando a ele) dependeria da permanência de seu nome nas referidas autorizações de crédito (é não somente na folha) com a indicação do número da conta corrente de uma terceira pessoa. Como o seu nome foi efetivamente excluído de tal documento, fica cabalmente eliminada a possibilidade de pagamento 'indevido, ou seja de pagamento a terceiro como que decorrente do seu vínculo”.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-vai-julgar-recurso-apos-prefeito-pe-trocado-ser-condenado-419433.html>

TCE-PI investiga participação de empresas fantasmas em licitações

Até o momento o TCE descobriu que nenhuma das empresas fantasma que foram criadas pelo grupo criminoso firmou contratos com prefeituras.

17/08/2017 © 14h03 - atualizado © 14h03



O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), está apurando se as 81 empresas fantasmas que foram criadas pelos **empresários presos na “Operação Fantasma”** participaram de licitações com prefeituras. Na operação foram presos os empresários Mirt dams Júnior, Willams L. de Melo e João Canuto Neto, acusados de **fraudes tributárias** que chegam a R\$ 180 milhões e de montarem um esquema para criação de empresas fantasma.

Até o momento o TCE descobriu que nenhuma das empresas fantasma que foram criadas pelo grupo criminoso firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais. O que se descobriu é que os negócios do grupo eram focados em empresas privadas.

Agora o Tribunal apura se essas empresas participaram de licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. “Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição”, explicou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

A Operação Fantasma foi realizada pelo Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária (GRINCOT), que tem a participação de vários órgãos, entre eles o TCE, que fez um trabalho de cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tce-pi-investiga-participacao-de-empresas-fantasmas-em-licitacoes-419405.html>

Entrega do Colar do Mérito do TCE acontece no dia 28 de agosto


O evento acontecerá às 9h30 no auditório do Tribunal de Contas do Estado e será comandado pelo presidente Olavo Rebêlo.


BÁRBARA RODRIGUES

17/08/2017 © 10h25 - atualizado © 11h01

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

Será realizado no dia 28 de agosto a entrega Colar do Mérito do Tribunal de Contas do Estado do Piauí para pessoas que de alguma forma colaboraram com o trabalho realizado pelos conselheiros.

O evento acontecerá às 9h30 no auditório do Tribunal de Contas do Estado e será comandado pelo presidente Olavo Rebêlo. Os conselheiros e o procurador geral do Ministério Público de Contas tiveram a oportunidade de escolher as 14 pessoas que vão receber essa honraria

Entre os homenageados está o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, Sebastião Ribeiro Martins, que foi escolhido pelo conselheiro Luciano Nunes. O Procurador-Geral de Justiça Cleandro Alves de Moura foi a indicação de Kennedy Barros.

O deputado Wilson Nunes Brandão foi escolhido por Kleber Dantas Eulálio, o promotor Rômulo Paulo Cordão foi indicado pelo procurador geral Plínio Valente Ramos Neto, o reitor da UFPI, José Arimatéia Dantas Lopes, foi indicado por Delano Carneiro da Cunha Câmara e o Diretor Geral do Hospital de Urgências de Teresina, Gilberto Albuquerque, foi indicação de Jaylson Campelo.

O contador Joaquim Pio Mendes Vieira Neto foi indicado por Abelardo Pio Vilanova, a procuradora do Ministério Público Rosângela de Fátima Loureiro Mendes foi escolhida pela conselheira Waltânia Alvarenga e o juiz do Tribunal de Justiça Max Paulo Soares de Alcântara foi indicação Olavo Rebêlo.

Lucieni Pereira da Silva, Auditora Federal de Controle Externo e Presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do TCU, também foi indicada pelo conselheiro Olavo Rebêlo. Cristina Maria Miranda de Sousa, reitora do Centro Universitário UniNovafapi foi uma indicação de Lilian Martins.

Patrício Piauiense Soares de Araújo, Auxiliar de Administração na Secretaria da Escola de Gestão e Controle-EGC/PI do TCE foi indicado por Delano Câmara, o engenheiro civil Francisco Gerardo da Silva foi escolhido por Jackson Nobre Veras e Johannes Skorzak, Gerente Administrativo da Associação para o Bem-Estar do Menor Carente de Esperantina, sob indicação de Alisson Felipe de Araújo.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/entrega-do-colar-do-merito-do-tce-acontece-no-dia-28-de-agosto-419394.html>

Tribunal nega recurso ao ex-prefeito Elias Ferreira Neto

Na decisão, a conselheira e relatora Lilian Martins afirmou que o ex-prefeito não conseguiu trazer documentos novos capazes de sanarem os problemas que foram encontrados.

BÁRBARA RODRIGUES

17/08/2017 © 08h52 - atualizado © 08h52

[Compartilhe no Facebook](#) [Compartilhe no Twitter](#) [Compartilhe no Google+](#) [Enviar por E-mail](#) [Mais opções](#)

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) vai julgar nesta quinta-feira (27) um Recurso de Reconsideração do ex-prefeito de Pavussu, Elias Ferreira Neto após ter a prestação de contas de 2014 reprovadas e ter sido condenado ao pagamento de multa no valor de 2.000 UFR-PI, bem como a imputação de débito no valor de R\$ 15.449,39 mil.

Para que o recurso fosse aceito, o ex-prefeito apresentou vários documentos tentando sanar as falhas encontradas na prestação de contas, referentes a não comprovação de realização de audiências públicas durante a elaboração das peças orçamentárias, envio do PPA, da LDO e da LOA fora do prazo, envio de prestações de contas mensais com atraso, não envio de peças componentes do Balanço Geral, incongruências nos registros contábeis efetuados pela Prefeitura dos valores lançados de IRRF, divergindo em R\$ 96.422,73, a menor em relação aos valores retidos nas folhas de pagamentos informados no Sagres Folha, inconsistência no valor do percentual empenhado das obrigações patronais, entre outras coisas.

Na decisão, a conselheira e relatora Lilian Martins afirmou que o ex-prefeito não conseguiu trazer documentos novos capazes de sanarem os problemas que foram encontrados, por isso se manifestou pela improcedência do recurso e que a decisão seja mantida.

“Analisando as razões recursais, merece destaque o fato do gestor não ter trazido fatos novos capazes de amenizar as ocorrências mais gravosas, limitando sua argumentação apenas a algumas impropriedades observadas quando da análise do processo de prestação de contas, mantendo-se inerte em relação às demais ocorrências que ensejaram a recomendação de reprovação das contas de governo da Prefeitura Municipal de Pavussu”, disse a conselheira em sua decisão do dia 27 de julho.

Participaram do julgamento os conselheiros Olavo Rebêlo de Carvalho Filho, Luciano Nunes Santos, Joaquim Kennedy Nogueira Barros, Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins, Kleber Dantas Eulálio, Jaylson Fabianh Lopes Campelo e Alisson Felipe de Araújo, além do representante do Ministério Público de Contas, o Procurador-Geral Plínio Valente Ramos Neto.


Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/tribunal-nega-recurso-ao-ex-prefeito-elias-ferreira-neto-419386.html>

Prefeito Jailson Pio é denunciado ao TCE acusado de nepotismo


O prefeito que foi denunciado ao TCE afirmou ao GP1 que: "ainda não fui notificado, mas assim que eu for vou apresentar minha defesa".


RAISA BRITO

17/08/2017 @ 21h22 - atualizado @ 21h29

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

Os vereadores de São Félix do Piauí denunciaram o prefeito José Jailson Pio ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) por nepotismo. O gestor é acusado de fazer uma verdadeira 'farra de cargos' entre seus familiares na prefeitura do município. A denúncia foi apresentada no dia 30 de junho deste ano.

Segundo os vereadores, ao analisarem as portarias publicadas no Diário Oficial dos Municípios, constataram a existência de contratações de parentes do prefeito e vice-prefeito para ocupação de cargos públicos comissionados.

Confira a relação dos nomeados: Maria das Graças Soares (Secretária de Finanças e esposa do prefeito), Francisco Antônio Pio Barbosa (Secretário de Desenvolvimento Econômico e irmão do prefeito), Eliane Maria Teixeira Pio (Secretária de Saúde e cunhada do prefeito), Manoel da Cruz Soares (Assessor Especial do Gabinete do Prefeito e cunhado do prefeito), Marcos Barbosa Nunes (Chefe Gabinete do prefeito e sobrinho do prefeito), Samara Cristina Soares Macedo (Diretora da Unidade Mista de Saúde e irmã do vice-prefeito), Maria do Socorro Rodrigues Castelo Branco Soares (Assessora Especial do Gabinete do Vice-Prefeito e esposa do vice-prefeito).

Os parlamentares destacaram ainda que “havendo qualificação técnica, possível é a nomeação. De outro modo, não possuindo o nomeado qualquer conhecimento, o ato é de burla à lei e, por consequência, deve ser cassado”.

Entretanto, consta na denúncia que os parentes nomeados pelo prefeito para os cargos políticos e diretivos não possuem nenhuma capacidade técnica. A secretária de Finanças, Maria das Graças Soares Pio, é acusada de não possuir qualificação técnica que a qualifique para ocupar o cargo, possuindo apenas ensino médio, e tendo como ocupação anterior professora de ensino fundamental.

O mesmo, de acordo com os vereadores, se aplica aos secretários de Saúde e Desenvolvimento Econômico que não possuem habilitação técnica para exercer as funções para as quais foram nomeados.

Os vereadores pedem ao TCE para que todos os parentes do prefeito e vice-prefeito nomeados sejam exonerados.

Outro lado

Procurado na tarde desta quinta-feira (17), o prefeito Jailson Pio informou que ainda não tinha conhecimento da denúncia. "Ainda não fui notificado, mas assim que eu for vou apresentar minha defesa", afirmou. Jailson disse ainda que a única parente em 1º grau nomeada é a sua esposa, secretária de Finanças e que os demais são todos de 3º grau.

Sobre a falta de qualificação técnica da secretária de Finanças, o prefeito respondeu: "Cabe aos vereadores comprovarem que ela não tem qualificação, isso não sou nem eu e nem ela que tem que provar, são eles".

O ex-prefeito questionou ainda o fato de sua esposa ter exercido o mesmo cargo de secretária de Finanças há 8 anos e que somente agora falam que ela não tem capacidade. " Há oito anos, na minha gestão, ela tinha capacidade e agora não tem mais?".

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/prefeito-jailson-pio-e-denunciado-ao-tce-acusado-de-nepotismo-419412.html>

TCE-PI investiga empresas e pessoas presas por fraude fiscal

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.

A Unidade de Informação Estratégica está agora colhendo informações e cruzando dados para verificar possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação e o poder público. "Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas", afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.



Sessão do TCE-PI (Foto: Divulgação)

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público. "Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", completa ele.

A Operação Fantasma foi deflagrada no dia 2 de agosto pelo Grincot (Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária), composto pela Polícia Civil, Ministério Público, Secretaria de Fazenda e Procuradoria Geral do Estado. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Link: <https://www.oitomeia.com.br/noticias/2017/08/17/tce-pi-investiga-empresas-e-pessoas-presas-por-fraude-fiscal/>

TCE INVESTIGA IRREGULARIDADES EM CONTRATOS DO GOVERNO

DEPUTADOS PROTOCOLARAM PEDIDO DE INVESTIGAÇÃO DE SUPOSTA IRREGULARIDADE NA CONTRATAÇÃO DA FGV PARA ACOMPANHAR PPP

18/08/2017 08:14



Olavo Rebelo afirma que investigação ocorre desde 2016
(Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE -PI) investiga os contratos firmados entre o Governo do Estado e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). O presidente, desembargador Olavo Rebelo, informou que as investigações já ocorrem desde 2016.

Há denúncia de irregularidades nos contratos com a Fundação. Na Assembleia Legislativa, o deputado Robert Rios (PDT) chegou a denunciar suposto favorecimento da superintendente de Parcerias Público-Privadas (PPP) e Concessões (SUPARC), Viviane Moura.

O deputado denuncia que o governo contratou a FGV, mas quem estaria realizando o serviço de forma terceirizada seria a empresa do marido de Viviane. A FGV foi contratada para fazer estudo, acompanhamento e fiscalização das Parcerias Público Privadas no Piauí. A Fundação também seria responsável por analisar as obras que estavam paradas no estado.


Ela nega a denúncia. Na semana passada, Robert e os deputado Rubem Martins (PSB) e Gustavo Neiva (PSB) protocolaram no TCE um pedido de auditoria dos contratos. O presidente esclareceu que as investigações já estão sendo realizadas desde o nome passado.


Com relação ao contrato do Estado com a FGV, as apurações ocorrerão em consonância com o processo TC 006713/2016. "Queremos que o Tribunal de Contas apure as denúncias de irregularidades que são muitas. Não somos contra as PPP's, mas buscamos a apuração da verdade e a punição de quem tiver cometido irregularidades", diz o deputado Gustavo Neiva.

Link: <http://www.politicadinamica.com/noticias/lidia-brito/tce-investiga-irregularidades-em-contratos-do-governo1503055007-9109.html>


TCE-PI realizará audiência pública sobre desertificação na segunda

17/08/2017 © 20h59 - atualizado © 20h59

 Compartilhe no Facebook

 Compartilhe no Twitter

 Compartilhe no Google+

 Enviar por E-mail

 Mais opções

O Tribunal de Contas do Estado vai realizar, na próxima segunda-feira (21), a partir das 9 da manhã no Plenário do Órgão uma Audiência Pública sobre Implementação de políticas públicas no combate à desertificação.

A audiência discutirá providências como a formulação de estratégias entre o Estado do Piauí e Municípios para combate à desertificação e o desenvolvimento de atividades produtivas de manejo sustentável.

No caso do Piauí, a desertificação na região do município de Gilbués é reconhecida mundialmente como uma das áreas mais degradadas por esse problema, causado sobretudo devido ao impacto das atividades humanas e torna os solos inférteis e vulneráveis.

Será discutido também o aproveitamento dos Recursos Hídricos e o uso da Adutora do Sertão como alternativa viável para problemas de abastecimento de água em 51 municípios na região sul do Estado.

Foram convidados pesquisadores da área, gestores de órgãos ambientais, Procuradores-Gerais de Contas dos MPC do Nordeste e representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, municipais, estaduais e federais.

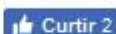
A audiência foi proposta pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente e aprovada por unanimidade na sessão plenária do dia 13 de julho de 2017.

Link: <http://www.gp1.com.br/colunistas/tce-pi-realizara-audiencia-publica-sobre-desertificacao-na-segunda-399892.html>

TCE-PI fiscaliza contratos de transporte escolar e da FGV desde 2016

PIAUI

17/08/2017 13:38h - Atualizado em 17/08/2017 16:41h



O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), conselheiro Olavo Rebelo, esclareceu nesta quinta-feira (17) que a Corte de Contas fiscaliza desde 2016 os contratos realizados pelo Governo do Estado para a locação de veículos para o transporte escolar dos estudantes da rede pública estadual de ensino. Ele informou ainda que os contratos com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) também se encontram sob apuração.

“Esses contratos, devidamente autuados e públicos, já se encontram sobre rigorosa apuração desde 2016”, afirmou Olavo Rebelo. Na semana passada, os deputados Rubem Martins (PSB), Robert Rios (PDT), Gustavo Neiva (PSB) e Firmino Paulo (PSDB) protocolaram no TCE-PI pedido de investigação das contas da Secretaria Estadual da Educação (Seduc). No documento, os deputados requisitam ao TCE-PI que realize uma análise dos pagamentos da Secretaria para a prestação do serviço de transporte escolar.

Os fatos representados pelos deputados estaduais sobre possíveis irregularidades nos contratos do transporte escolar estão sendo apurados no âmbito do processo TC 004728/2016 (Decisão Plenária no 327/2016, proferida na Sessão Plenária Ordinária nº 008, de 17 de março de 2016). Com relação ao contrato do Estado com a FGV, as apurações ocorrerão em consonância com o processo TC 006713/2016.

Link: <http://www.portalodia.com/municipios/gilbues/tce-pi-fiscaliza-contratos-de-transporte-escolar-e-da-fgv-desde-2016-304206.html>

Audiência pública debate problema da desertificação no sul do Piauí

A audiência acontecerá no plenário do TCE-PI, a partir das 9 horas

Curtir 0 Tweet G+ Compartilhar



Conheça como funciona o 180 por dentro



municípios da região sul que sofrem com a estiagem, a partir de poços da região do Vale do Gurgueia. O procurador-geral do MPC-PI, Plínio Valente, explica que o objetivo é trazer discussões sobre políticas públicas para o combate e prevenção da desertificação no Piauí.

Ele citou que os municípios do Piauí não colocam em prática a lei federal que prevê a implantação do plano municipal de combate à desertificação. Plínio Valente cita também o desperdício de água em dezenas de poços jorrantes do sul do Piauí, enquanto boa parte da população da região passa sede por conta da estiagem e do aproveitamento quase nulo da água dos poços.

A desertificação é um processo de degradação ambiental que acontece em áreas secas e semiáridas e provoca perda de fertilidade do solo e escassez de recursos hídricos. No Piauí, ocorre principalmente no município de Gilbués, e tem como consequência a degradação dos principais rios da região – Gurgueia e Uruçuí Vermelho.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizará nesta segunda-feira (21) uma audiência pública para discutir a implementação de políticas públicas no combate à desertificação no Piauí. Proposto pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, e aprovado por unanimidade pelo Pleno do TCE-PI, o evento reunirá especialistas em clima e meio ambiente e autoridades do Judiciário.

Os conselheiros do TCE-PI, representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Associação Piauiense de Municípios (APPM), 25º Batalhão de Caçadores e de outras instituições e entidades também participarão. A audiência acontecerá no plenário do TCE-PI, a partir das 9 horas. O objetivo é discutir o problema da desertificação no sul do Piauí, especialmente em Gilbués (816 quilômetros ao sul de Teresina), onde está a maior área contínua desertificada do Brasil, a fim de propor alternativas para conter o processo.

Também será discutida a viabilidade de implantação da Adutora do Sertão, projeto apontado como solução para o abastecimento d'água em cerca de 50

Operação Fantasma: empresas não contrataram com prefeituras no PI

Curtir 0

Tweet

G+

Compartilhar



Como ir do estágio à gerência



Ação da Polícia na Operação Fantasma

Levantamento realizado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí, informou a Corte de Contas.

Os negócios da quadrilha, segundo o TCE, eram restritos a empresas privadas.

Os investigadores do Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária informaram que as empresas provocaram um rombo

de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos.

Falta a polícia investigar aqueles que desviam quando os impostos entram.

[Operação Fantasma deflagrada no Piauí prende nove pessoas](#)

Link: <http://180graus.com/bastidores/operacao-fantasma-nenhuma-das-empresas-contratou-com-o-poder-publico>

Audiência debate problema da desertificação no sul do Piauí

[Imprimir](#)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizará nesta segunda-feira (21) uma audiência pública para discutir a implementação de políticas públicas no combate à desertificação no Piauí. Proposto pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, Plínio Valente, e aprovado por unanimidade pelo Pleno do TCE-PI, o evento reunirá especialistas em clima e meio ambiente e autoridades do Judiciário.

Confira também

Desertificação: Governo do PI deve recorrer a empréstimo

Segundo corpo é resgatado em Gilbués após desabamento de poço

Polícia divulga imagem de suspeito de matar casal de Monte Alegre

População de 6 cidades fecha a BR-135 com caixão e pneus

Os conselheiros do TCE-PI, representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Associação Piauiense de Municípios (APPM), 25º Batalhão de Caçadores e de outras instituições e entidades também participarão. A audiência acontecerá no plenário do TCE-PI, a partir das 9 horas. O objetivo é discutir o problema da desertificação no sul do Piauí, especialmente em Gilbués (816 quilômetros ao sul de Teresina), onde está a maior área contínua desertificada do Brasil, a fim de propor alternativas para conter o processo.

Também será discutida a viabilidade de implantação da Adutora do Sertão, projeto apontado como solução para o abastecimento d'água em cerca de 50 municípios da região sul que sofrem com a estiagem, a partir de poços da região do Vale do Gurgueia. O procurador-geral do MPC-PI, Plínio Valente, explica que o objetivo é trazer discussões sobre políticas públicas para o combate e prevenção da desertificação no Piauí.

Ele citou que os municípios do Piauí não colocam em prática a lei federal que prevê a implantação do plano municipal de combate à desertificação. Plínio Valente cita também o desperdício de água em dezenas de poços jorrantes do sul do Piauí, enquanto boa parte da população da região passa sede por conta da estiagem e do aproveitamento quase nulo da água dos poços.

A desertificação é um processo de degradação ambiental que acontece em áreas secas e semiáridas e provoca perda de fertilidade do solo e escassez de recursos hídricos. No Piauí,

ocorre principalmente no município de Gilbués, e tem como consequência a degradação dos principais rios da região – Gurgueia e Uruçuí Vermelho.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/254354/audiencia-debate-problema-da-desertificacao-no-sul-do-piaui>

Operação Fantasma: Empresas causaram rombo de R\$ 180 milhões

Operação contra repressão fiscal e lavagem de dinheiro.

Anúncio fechado por Google

Denunciar este anúncio

Anúncio? Por quê? ⓘ

Pelo menos 9 pessoas no Piauí e no Ceará foram presas durante ações da **Operação Fantasma**, deflagrada no início de agosto pelo Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária (GRINCOT), composto pela DECCOTERC/Polícia Civil

do Piauí, Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral do Estado, SEFAZ-PI e 10ª Vara Criminal de Teresina, visando colir repressão fiscal e lavagem de dinheiro. As empresas causaram um rombo de quase R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos.

Mais matérias

Restos mortais achados dentro de jacaré são de humanos, diz laudo

Jovem desaparece após desentendimento em casa noturna

Mulheres serão homenageadas com Medalha Conselheiro Saralva

Estudo diz que 4,1 milhões entraram na faixa de pobreza no Brasil

400 professores aprovados no concurso da Seduc serão empossados

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Unidade de Informação Estratégica (UIE), constatou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na Operação Fantasma, por fraude e sonegação fiscal, realizou negócios ou firmou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais no Piauí. Os negócios da quadrilha, segundo

apurou o TCE-PI, eram restritos a empresas privadas.



Autoridades policiais que participaram das ações da Operação Fantasma (Crédito: Polícia Civil)

O UEI agora verifica possíveis participações dessas empresas em licitações públicas, ou se há vínculos entre as pessoas presas na operação. “Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras Irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas”, afirmou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE.

Segundo ele, a apuração demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema desbaratado na Operação Fantasma forneceu produtos ou serviços para o poder público. “Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição”, acrescentou.

A Operação

As ações ocorreram nas cidades de Teresina e Campo Maior com principal objetivo de desarticular organização criminoso que vinha atuando no Piauí e utilizando empresas fantasmas e notas fiscais frias. Entre as empresas usadas na fraude, constam três dentre as 10 maiores devedoras do fisco estadual.

Link: <https://www.meionorte.com/noticias/operacao-fantasma-empresas-causaram-rombo-de-r-180-milhoes-324065>

TCE-PI investiga 81 empresas e pessoas presas por fraude fiscal

O TCE-PI atuou realizando o cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas.

ISABELA DE MENESES

17/08/2017 @ 12h14 - atualizado 12h14



O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) realizou um levantamento utilizando a Unidade de Informação Estratégica (UIE), que verificou que nenhuma das 81 empresas investigadas pela Polícia Civil na **Operação Fantasma**, por fraude e sonegação fiscal, realizou contratos com prefeituras e órgãos públicos municipais ou estaduais do Piauí.

De acordo com o TCE, os negócios da organização criminosa eram restritos a empresas privadas. A UIE está agora buscando informações e cruzando dados para verificar possíveis participações das empresas em licitações públicas, ou vínculos entre pessoas presas na operação e o poder público do Piauí.

“Foi constatado que não havia relação dessas empresas com os órgãos públicos. Todas as fraudes e outras irregularidades eram realizadas com outras empresas privadas”, informou o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE.

Foto: Isabela de Menezes/Viagora



Tribunal de Contas do Estado do Piauí

Inaldo explicou que o levantamento demonstra que nenhuma das empresas envolvidas no esquema forneceu produtos ou serviços para o poder público. “Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição”, disse.

O TCE-PI atuou realizando o cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas.

Operação Fantasma

O Grupo Interinstitucional de Combate aos Crimes Contra a Ordem Tributária (Grincot), deflagrou no dia 02 de agosto deste ano, a Operação Fantasma. Nove pessoas no Piauí e no Ceará foram presas. Segundo a Polícia, as empresas provocaram um rombo de aproximadamente R\$ 180 milhões em impostos não recolhidos, por meio de fraudes fiscais e empresas fantasmas.

Entre os **alvos da operação** estão os irmãos Mirdams Júnior, apontado como o chefe da organização, Willams e João Canuto Neto, que segundo o Ministério Público eram parceiros de empresários interessados nas fraudes ou utilizavam empresas “fantasmas”, para usar em suas empresas reais.

Link: <http://www.viagora.com.br/noticias/tce-pi-investiga-81-empresas-e-pessoas-presas-por-fraude-fiscal-63260.html>

Empresas que faziam fraudes fiscais não contrataram com prefeituras

Por: Rodrigo Antunes Enviada em: 17/08/2017



Operação Fantasma: Investigação do TCE mostra que empresas envolvidas em fraudes fiscais não celebraram contratos nem negócios com órgãos públicos no Piauí.

O **Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI)** realizou um levantamento acerca das empresas envolvidas em fraudes fiscais que foram desbaratadas na **Operação Fantasma**, realizada pelo **GRINCOT** e deflagrada no último dia 02 de agosto.

Segundo os dados coletados pela **Unidade de Informação Estratégica (UIE)** do TCE-PI, nenhuma das empresas envolvidas nas fraudes realizaram contratos com prefeituras no estado do Piauí.

As informações também mostraram que nenhum órgão público municipal ou do Governo Estadual firmou contrato ou negócios com as empresas, que em sua maioria tinha apenas nomes de fachada a fim de driblar a fiscalização e evitar o pagamento de tributos fiscais.

[Leia mais: Operação Fantasma é só 'a ponta do iceberg']

Ao todo foram 81 empresas investigadas pela polícia que se somados os prejuízos aplicados pelo bando o valor chega a cifra de R\$ 180 milhões. O trabalho do TCE agora é para cruzar os dados e verificar a possível participação dessas empresas em licitações de órgãos públicos e se havia vínculo entre as pessoas presas e o poder público.

"Agora, com igual rigor, estamos verificando se elas participaram de licitações, mesmo que para dar cobertura a outras concorrentes. Estamos apurando ainda quaisquer vínculos eventualmente existentes entre as pessoas presas na operação e o poder público sob sua jurisdição", explica o auditor de controle externo Inaldo José de Oliveira, diretor da UIE do TCE-PI.

O trabalho de investigação do TCE-PI foi realizado com cruzamento de informações, checagem de dados e verificação de operações das empresas, a partir dos CNPJs e dos nomes dos proprietários e pessoas envolvidas. O objetivo, explicou Inaldo Oliveira, era verificar eventuais negócios e/ou relação das empresas com prefeituras e outros órgãos públicos.

Com informações do TCE-PI

Link: <https://www.45graus.com.br/geral/empresas-que-faziam-fraudes-fiscais-nao-contrataram-com-prefeituras>